

Notícias do dia 05 de outubro



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Ação do MPT questiona quarteirização do Hugo

O Ministério Público do Trabalho em **Goiás** (MPT-GO) entrou com uma ação civil pública (ACP) para frear o processo de quarteirização dos serviços do Hospital de Urgências de **Goiânia** (Hugo), unidade de saúde estadual que é administrada pela organização social (OS) Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) desde dezembro de 2019.

Somente neste ano, o hospital fez a contratação de empresas e prestadores de serviços para execução de serviços de instalação de rede lógica, internet, informática, limpeza, serviços médicos, operacionalização de exames, gestão da urgência e emergência da rede hospitalar, dentre outros.

Para a procuradora do trabalho Milena Cristina Costa, esse tipo de contratação que está sendo feito fere o direito da impessoalidade e prejudica os profissionais que trabalham na unidade. "Ingressamos com essa ACP em favor dos médicos da instituição e futuramente vamos entrar em prol dos outros profissionais da saúde", esclarece. "As OSs de **Goiás** estão contratando pessoas jurídicas em detrimento dos profissionais de saúde como pessoas físicas e isso traz prejuízos."

Milena afirma que a contratação dessas empresas torna as condições de trabalho dos médicos mais precárias. "Na prática, eles trabalham mais e ganham menos. Além disso, nessas empresas não dá para fazer o controle de qualidade dos profissionais que vão exercer esses cargos", frisa. Ela ressalta ainda que isso reflete na relação médico/paciente. "A rotatividade de profissionais é maior e esse relacionamento tão importante não é bem desenvolvido", pontua.

A procuradora afirma ainda que quanto mais quarteirizações são feitas, mais difícil é auditar e identificar para onde o dinheiro está indo através das OSs. "Fica muito difícil de ter controle das contas internas da organização. Isso resulta, muitas vezes, em corrupção", diz.

O presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás** (OAB-GO), Juscimar Ribeiro, esclarece que a quarteirização não é ilegal, uma vez que, quando uma OS é contratada, isso ocorre por conta da expertise que ela possui para administrar determinado aparelho público. "Por isso, não existem problemas legais e técnicos no fato de ela contratar, por exemplo, uma empresa para realizar algum serviço", explica. Entretanto, Ribeiro afirma que é preciso que a OS siga alguns pré-requisitos como, por exemplo, o seguimento à risca do plano de trabalho proposto para a Secretaria de Estado de Saúde de **Goiás** (SES-GO).

Ribeiro explica que não existem empecilhos legais de a OS contratar, por exemplo, outra empresa para administrar alguma parte do hospital. "Se for mais vantajoso do ponto de vista de gestão e também financeiro, não existem problemas."

O titular da SES-GO, Ismael Alexandrino, afirma não acreditar que exista um limite de contratações de outras empresas que uma OS possa fazer. "Contanto que ela respeite o regulamento de compra e contratação e o de seleção de pessoal, não existe nenhum problema, nem limite. Estamos sempre acompanhando esses processos de perto", esclarece.

## Limites

Porém, o presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-GO afirma ainda que existem limites na quarteirização praticada pelas OSs. "Não é um cheque em branco que o governo dá para essas organizações. Elas não podem, por exemplo, fazer a contratação de diretores e também tem que seguir limites remuneratórios, além de tomar cuidado com a contratação de consultores", pontua.

Além disso, os contratos não podem ser firmados com empresas que sejam de pessoas que tenham vínculos

com membros da diretoria da unidade hospitalar, da SES-GO e também políticos como prefeitos, vereadores e deputados estaduais. "Gera um conflito porque entende-se que pode existir o privilégio de uma empresa em detrimento da outra", enfatiza Ribeiro.

Outro lado

O POPULAR solicitou ao INTS informação de quantos procedimentos e processos dentro da instituição já foram ou estão em processo de terceirização, mas não obteve resposta até o fechamento desta reportagem. Em nota, a direção do hospital informou que as contratações de empresas terceiras para prestação de mão-de-obra "seguem todos os ditames legais e o Regulamento Geral de Compras e Contratos aprovado pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)**, estando dentro dos limites que a legislação permite" e que "todos os contratos são realizados visando dar maior dinamicidade à prestação de serviços e cumprir o princípio de economicidade, sendo aprovados e chancelados pelos órgãos fiscalizadores".

Transparência

Um levantamento recente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** mostrou que o Hospital de Urgências de **Goiania** (Hugo) atingiu apenas 6,1% dos critérios de transparência avaliados pelo órgão, disponibilizando apenas 18,9% das informações exigíveis. O presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás** (OAB-GO), Ponciano Martins, esclarece que um ponto essencial para que uma OS possa quarterizar serviços é a transparência. "Embora o Tribunal de Conta da União (TCU) já tenha chancelado como válido a 'quarterização do serviço público' por parte de OSs, existem alguns critérios mínimos a serem adotados, dentre eles, há de se pontuar o cumprimento de metas estabelecidas e a transparência do dinheiro público", explica Martins.

A transparência na divulgação de dados e informações do Hugo é a pior dentre os hospitais estaduais. Os critérios que foram melhores atendidos pelo site do Hugo foram as ferramentas de busca por conteúdo (50%) e a existência de uma página específica com símbolo da informação (50%). Entretanto, outros pontos importantes como informações gerais (9,3%), de pessoal (8,3%) e de compras e contratos (5,9%) ficaram bem abaixo da média e alguns, como a prestação de contas, não obtiveram nenhuma pontuação. "O que temos é um site que não é muito intuitivo, com várias documentações faltando e apenas algumas licitações e contratos com terceiros disponíveis para acesso. Isso é um avanço para o trabalho fiscalizatório e também para o acesso da população", explica a Gerente de Fiscalização do **TCE-GO**, Ana Paula Araújo.

Em nota, a direção do Hugo informou que o período avaliado pelo tribunal "foi durante a adaptação do processo de alimentação de dados - em dezembro de 2019 - e o início da pandemia, lapso temporal em que os dados ainda estavam em alimentação" e que "considerando que desde junho de 2020 houve massiva alimentação do Portal de Transparência referente ao Hugo é certo que na próxima avaliação o posicionamento será mais acertado."

SES-GO avalia plano de ação

O secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, esclarece que nesta semana e na próxima a SES-GO irá discutir internamente as melhorias que devem ser feitas tanto na transparência da pasta quanto na das organizações sociais (OSs). "Vamos elaborar um plano de ação com base nos apontamentos realizados pelo **TCE**", afirma. Além disso, ele pontua que a secretaria possui um programa estratégico chamado Saúde Digital, onde o intuito é unificar a linguagem de todos os hospitais e as plataformas assistenciais e de gestão. "Vamos padronizar diversas coisas como, por exemplo, a linguagem usada na prestação de contas. Assim, vamos conseguir aumentar a transparência", finaliza.

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** deverá fazer um novo levantamento para verificar o nível de transparência das OSs no Estado no início do ano que vem. Um levantamento feito recentemente mostrou que tanto as OSs quanto a Secretaria de Saúde do Estado de **Goiás** (SES-GO) atenderam a apenas 57,6% dos critérios de transparência avaliados pelo órgão. "É um número baixo. É preciso que os sites tenham uma estrutura onde seja possível cruzar dados", pontua a gerente de Fiscalização do **TCE-GO**, Ana Paula Araújo. Ela diz que a grande quantidade de inconsistências encontradas pode levar a um trabalho mais minucioso do **TCE**.

## Hospital tem a pior transparência

Um levantamento recente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** mostrou que o Hospital de Urgências de **Goiânia** (Hugo) atingiu apenas 6,1% dos critérios de transparência avaliados pelo órgão, disponibilizando apenas 18,9% das informações exigíveis. O presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás** (OAB GO), Ponciano Martins, esclarece que um ponto essencial para que uma OS possa quarterizar serviços é a transparência. "Embora o Tribunal de Conta da União (TCU) já tenha cancelado como válido a 'quarterização do serviço público' por parte de OSs, existem alguns critérios mínimos a serem adotados, dentre eles, há de se pontuar o cumprimento de metas estabelecidas e a Transparência do dinheiro público", explica Martins.

A transparência na divulgação de dados e informações do Hugo é a pior dentre os hospitais estaduais. Os critérios que foram melhores atendidos pelo site do Hugo foram as ferramentas de busca por conteúdo (50%) e a existência de uma página específica com símbolo da informação (50%). Entretanto, outros pontos importantes como informações gerais (9,3%), de pessoal (8,3%) e de compras e contratos (5,9%) ficaram bem abaixo da média e alguns, como

a prestação de contas, não obtiveram nenhuma pontuação. "O que temos é um site que não é muito intuitivo, com várias documentações faltando e apenas algumas licitações e contratos com terceiros disponíveis para acesso. Isso é um atravanco para o trabalho fiscalizatório e também para o acesso da população", explica a Gerente de fiscalização do **TCE-GO**, Ana Paula Araújo.

Em nota, a direção do Hugo informou que o período avaliado pelo tribunal "foi durante a adaptação do processo de alimentação de dados em dezembro de 2019 e o início da pandemia, lapso temporal em que os dados ainda eslavam em alimentação" e que "considerando que desde junho de 2020 houve massiva alimentação do Portal de Transparência referente ao Hugo é certo que na próxima avaliação o posicionamento será mais acertado."

**Site:** <https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20201005&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false>

# MPT-GO questiona contratação de mão de obra e terceirização do Hugo

A procuradora do trabalho Milena Cristina Costa ajuizou uma ação civil pública (ACP) questionando a contratação de mão de obra e terceirização feita pela Organização Social (OS) que administra o Hospital de Urgência de **Goiânia** Dr. Valdemiro Cruz (Hugo), Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) - o que é chamado de "quarteirização", por se tratar de contratação por pessoa jurídica. Segundo ela, que é do Ministério Público do Trabalho em **Goiás** (MPT-GO), estas contratações ferem o direito de impessoalidade e prejudicam os profissionais que atuam no hospital

Vale destacar que, só neste ano, o Hugo já contratou empresas e prestadores de serviços para instalação de rede lógica, internet, informática, limpeza, serviços médicos, operacionalização de exames, gestão da urgência e emergência da rede hospitalar e outras coisas, conforme apurado em reportagem do jornal O Popular. Contudo, tanto o Hugo quanto a Secretaria de Estado de **Goiás** (SES-GO), por meio de seu titular, Ismael Alexandrino, garantem a legalidade da prática.

Ainda de acordo com a procuradora do trabalho Milena Cristina Costa, ao O Popular, a ação foi movida em favor dos médicos do Hugo. Posteriormente, será protocolada outra, a fim de beneficiar os demais servidores.

"As OSs de **Goiás** estão contratando pessoas jurídicas em detrimento dos profissionais de saúde como pessoas físicas e isso traz prejuízos", disse ao jornal. Ela também declara que a contratação torna as condições dos médicos mais precárias (trabalham mais e ganham menos) e impossibilitam o controle de qualidade.

Além disso, ela aponta que estas contratações dificultam auditar e identificar o destino do dinheiro através das OSs. Segundo ela, como é difícil ter o controle das contas internas da organização, isso pode resultar em corrupção.

Ainda conforme o veículo de comunicação, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** apontou que o Hugo atingiu somente 6,1% dos critérios de transparência avaliados pelo órgão, com somente 18,9% das informações exigíveis disponibilizadas. Os melhores critérios atendidos pela unidade de saúde foram: as ferramentas de busca por conteúdo (50%) e a existência específica com símbolo da informação (50%).

Há, contudo, alguns indicadores com pontuações abaixo da média e outros que sequer pontuaram. São eles: informações gerais (9,3%), pessoal (8,3%) e comprar contrato (5,9%); Prestação de contas não obteve pontuação.

"Embora o Tribunal de Contas já tenha chancelado como válido a 'quarteirização do serviço público' por parte de OSs, existem alguns critérios mínimos a serem adotados. Dentre eles, há de se pontuar o cumprimento de metas estabelecidas e a transparência do dinheiro público", disse Ponciano Martins, presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB-GO.

Em nota ao Mais **Goiás**, o Hugo afirmou que as contratações de empresas terceiras para prestação de mão de obra seguem todos os ditames legais e o Regulamento Geral de Compras e Contratos aprovado pela **Controladoria Geral do Estado**, estando dentro dos limites que a legislação permite. Ainda segundo o texto, "todos os contratos são realizados visando dar maior dinamicidade à prestação de serviços e cumprir o princípio de economicidade, sendo aprovados e chancelados pelos órgãos fiscalizadores".

Além disso, o hospital informa que o período avaliado, conforme divulgado no portal do **TCE-GO**, foi durante a adaptação do processo de alimentação de dados - em dezembro de 2019 - e o início da pandemia, lapso temporal em que os dados ainda estavam em alimentação. "Considerando que, desde junho de 2020 houve massiva alimentação do Portal de Transparência referente ao Hugo, é certo que na próxima avaliação o posicionamento será mais acertado", conclui.

Ismael Alexandrino , secretário de Saúde de **Goiás**, explicou ao Mais **Goiás** que a chamada "quarteirização" é a contratação por pessoa jurídica. "Não tem ilegalidade nenhuma nesse tipo de contratação, é reconhecida pelo STF (Supremo Tribunal Federal), tem menos tributação e na maioria das vezes fica mais econômico e não se tem que contratar índice de segurança técnica", destaca.

Ele afirma, ainda, que a OS tem autonomia para escolher a modalidade de contratação que melhor lhe convier , seguindo seus regulamentos de compra e contratação. "A SES-GO não interfere na modalidade de contratação, pois se trata de opção da gestão da unidade, e tal dispositivo de contratação é absolutamente legal."

E reforça: "A SES não é contra a contratação de empresas pelas OSs. E não há nenhum impeditivo legal para que as organizações sociais façam tais contratações. Ao contrário, o STF já reconheceu tal legalidade, sendo um assunto superado. O processo gera economicidade nos gastos com os hospitais, porque há redução nos impostos, além de reposição de mão de obra por parte da empresa, sem que se tenha que pagar a mais por isso."

**Site:** <https://www.emaisgoias.com.br/mpt-go-questiona-contracao-de-mao-de-obra-e-terceirizacao-do-hugo/>

---

# Abertas inscrições para o 4º Seminário Goiano de Ouvidorias

Evento, que é gratuito e aberto a toda a população, será realizado de forma virtual, apresentará casos de sucesso e discutirá os principais desafios encontrados pelas ouvidorias neste período de pandemia. Com o coronavírus, o sistema de ouvidorias passou a ser um dos principais canais de comunicação da população com o poder público.

O **Governo de Goiás**, por meio da Rede Goiana de Ouvidorias, realiza dia 15/10, das 9h30 às 11h30, o 4º Seminário Goiano de Ouvidorias, com o tema Ouvidorias no Contexto da Pandemia: Experiências e Desafios. Este ano o evento será virtual, transmitido pelo YouTube, no endereço [https://youtu.be/Ks\\_OsBmsLnw](https://youtu.be/Ks_OsBmsLnw). O objetivo é compartilhar experiências de sucesso das ouvidorias públicas e mostrar os desafios originados a partir da crise sanitária do coronavírus.

Além dos servidores que integram o sistema de ouvidorias em Goiás, qualquer cidadão interessado em conhecer mais sobre a área pode participar, e as inscrições, gratuitas, seguem abertas até 14/10, às 18h, no site da Controladoria-Geral do Estado ( <http://www.controladoria.go.gov.br/seminarioouvidoria4/> ). O controlador-geral de Goiás, Henrique Ziller, será um dos interlocutores e comporá a mesa de debates.

Nesse momento de pandemia, em que muitos servidores atuam em teletrabalho, as ouvidorias públicas assumiram protagonismo por serem um dos principais canais de comunicação direta entre a população e a administração pública, daí o investimento do **governo de Goiás** nessa área.

Nas ouvidorias dos órgãos estaduais, os procedimentos foram alterados, as estruturas físicas e de pessoal, reforçadas, os prazos para resposta ao cidadão tiveram de ser reduzidos e a qualidade e resolutividade das respostas foram melhoradas. Com isso, o prazo médio para responder as manifestações dos usuários em Goiás foi reduzido de mais de 14 dias, em 2018, para seis dias em 2020, um dos melhores índices das ouvidorias públicas do País.

Estão confirmados como palestrantes do seminário: a procuradora de Justiça e ouvidora-geral do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Orlandina Brito Pereira; o auditor federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), Sérgio Akutagawa; o promotor de Justiça e ouvidor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Erickson Barros dos Santos; e o procurador de Justiça do Ministério Público do Acre, Oswaldo D'Albuquerque.

Integram a Rede Goiana de Ouvidorias, entre outros, o Poder Executivo Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado, a Ouvidoria do SUS/SES-GO, o Ministério Público Estadual, a Assembleia Legislativa, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, o Tribunal Regional do Trabalho, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Tribunal de Contas dos Municípios e a Controladoria-Geral da União Regional-GO.

Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) - **Governo de Goiás**

**Site:** <http://www.controladoria.go.gov.br/cge/noticias/23793-cge-abre-inscricoes-para-o-4-seminario-goiano-de-ouvidorias>